Anais do Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás 2014
Disponível em: http://pucgoias.edu.br/ucg/prope/pesquisa/anais/2015/index.htm
ISSN: 2177-3327

AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

MARCELA CARDOSO E SILVA
marcela_cstt@hotmail.com

A efetivação do direito à educação é assunto polêmico e um grande desafio contemporâneo. Há uma longa distância entre a formalização constitucional de um direito e a sua materialização. Este trabalho apresenta os desafios e perspectivas na efetivação desse direito. Além disso, o trabalho discutiu a necessidade de incluir o conteúdo Direitos Humanos na grade curricular como meio fundamental de empoderamento da comunidade escolar, nomeadamente, professores e alunos, para que sejam capazes de reconhecer seus direitos e vias de concretização dos mesmos. O direito a educação é, além de essencial a formação individual de cada cidadão, essencial para que se alcance o pleno desenvolvimento social. A efetividade do direito à educação vincula todos os poderes públicos, Executivo, Legislativo e Judiciário, que devem adotam medidas, nos limites de suas competências, para a satisfação do que foi eleito como prioridade nas políticas públicas educacionais. A concretização do direito à educação é tarefa complexa, porém essencial e deve ser encarada como prioridade em um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Direito à Educação. Direitos Humanos.